



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE LOGÍSTICA - SELOG/DITEC/PF

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08201.300028/2016-65

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de de capelas de exaustão para laboratórios do Instituto Nacional de Criminalística - INC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL POR UNIDADE (R\$)	TOTAL (R\$)
1	Capela de exaustão de acordo com projeto anexo ao Termo de Referência	049135	Unid	11	27.268,89	299.957,75
2	Capela de exaustão de acordo com projeto anexo ao Termo de Referência	049135	Unid	3	39.983,37	119.950,11
3	Capela de exaustão de acordo com projeto anexo ao Termo de Referência	049135	Unid	2	25.693,23	51.386,47
4	Capela de exaustão de acordo com projeto anexo ao Termo de Referência	049135	Unid	1	31.488,12	31.488,12
TOTAL						502.782,45

1.2. Nos termos do Art. 48, I da Lei Complementar nº 123 de 2006 (Atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014), a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

1.2.1. Os itens 3 e 4 da tabela 1 serão destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) por serem itens de contratação cujos valores são inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

1.3. Nos termos do Art. 48, III da Lei Complementar nº 123 de 2006 (Atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014), parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos divisíveis deverão ser destinados exclusivamente à de microempresas e empresas de pequeno porte ME/EPP beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/2006.

1.4. Nos termos do Art. 49, III da Lei Complementar nº 123 de 2006 (Atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014), não se aplica o disposto no Art. 48, III da Lei Complementar nº 123 de 2006 (Atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014), quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

1.4.1. Os itens 1 e 2 da tabela 1 não são passíveis de serem divisíveis e destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) visto que a divisão acarretaria prejuízos para manter a compatibilidade dos itens a serem adquiridos e maiores custos de manutenção.

1.5. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.7. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as

quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.8 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de atender as demandas da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF, localizada no Setor Policial Sul em Brasília/DF, devido as obras de reforma e de ampliação do prédio do Instituto Nacional de Criminalística - INC, uma vez que, a falta dos equipamentos poderá prejudicar o bom andamento e desempenho das atividades meio e fim da Polícia Federal.

2.2. O novo prédio tem o objetivo de sediar o Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses. Para o funcionamento desse centro de difusão de conhecimentos foi prevista no projeto de ampliação a construção de laboratórios nas diversas áreas de conhecimento da criminalística.

2.3. As capelas de exaustão são equipamentos imprescindíveis em todo laboratório onde se manuseiam produtos químicos ou produtos particulados. Trata-se de um Equipamento de Proteção Coletiva (EPCs), que permite, ao operador, executar experimentos que geram gases ou vapores tóxicos sem contaminar o ar do laboratório, fornecendo, dessa forma, um ambiente salubre para o operador e demais pessoas presentes. Elas devem ser construídas em material quimicamente resistente, possuir sistema de exaustão e potência para promover exaustão dos gases e vapores de solventes.

2.4. No projeto de ampliação do INC já é previsto em contrato o fornecimento e a instalação dos motores ventiladores e linhas (dutos) de exaustão nos diversos laboratórios no novo prédio, conforme consta na Informação nº 25/2016 – SEP/MA/DPER/INC/DITEC/PF, processo 08201.300028/2016-65. Entretanto, não há previsão para a compra e instalação das capelas de exaustão.

2.5. Dessa forma, a necessidade da aquisição do equipamento decorre de sua imprescindibilidade em laboratórios. A compra visa equipar os laboratórios já previstos pelo projeto de ampliação do INC com capelas de exaustão, assegurando, assim, a saúde dos trabalhadores envolvidos nas atividades a serem desenvolvidas pelos setores e áreas contempladas.

2.6. A quantidade de equipamentos a serem adquiridos foi definida com base no número de novos laboratórios a serem construídos no INC. De acordo com a informação da Comissão de Fiscalização do Centro Nacional de Difusão de Ciências Forenses e com os despachos das áreas demandantes é necessária a instalação de 17 capelas distribuídas em 16 laboratórios de 7 áreas/serviços, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Quantidade de capelas com instalação prevista de acordo com projeto de ampliação do INC.

<u>Capelas</u>	<u>Laboratório</u>	<u>Área/ Serviço</u>	<u>Diâm. duto de saída (mm)</u>	<u>Tipo de Capela</u>
<u>1</u>	<u>Laboratório do ESDA</u>	<u>SEPDOC</u>	<u>250</u>	<u>Item 1</u>
<u>2</u>	<u>Laboratório de Traços</u>	<u>SEPLAB</u>	<u>250</u>	<u>Item 3</u>
<u>3</u>	<u>Laboratório de Química Ambiental</u>	<u>SEPLAB</u>	<u>300</u>	<u>Item 3</u>
<u>4</u>	<u>Laboratório QBRN</u>	<u>APEX</u>	<u>300</u>	<u>Item 2</u>
<u>5</u>	<u>Laboratório de Local de Crime</u>	<u>APEX</u>	<u>300</u>	<u>Item 1</u>
<u>6</u>	<u>Laboratório de Anatomia, Patologia, Histologia</u>	<u>APMOD</u>	<u>350</u>	<u>Item 2</u>
<u>7</u>	<u>Laboratório de Solos, Concreto e Mat. Betuminoso</u>	<u>SEP/MA</u>	<u>350</u>	<u>Item 2</u>
<u>8</u>	<u>Laboratório de Microbiologia</u>	<u>APMA</u>	<u>300</u>	<u>Item 1</u>
<u>9</u>	<u>Laboratório de Análise Vegetal</u>	<u>APMA</u>	<u>350</u>	<u>Item 1</u>
<u>10</u>	<u>Laboratório de Análise Ambiental</u>	<u>APMA</u>	<u>350</u>	<u>Item 1</u>

<u>11</u>	<u>Laboratório de Análise Ambiental</u>	<u>APMA</u>	<u>350</u>	<u>Item 1</u>
<u>12</u>	<u>Laboratório de Gemologia</u>	<u>APMA</u>	<u>350</u>	<u>Item 1</u>
<u>13</u>	<u>Laboratório de Análise Animal</u>	<u>APMA</u>	<u>350</u>	<u>Item 1</u>
<u>14</u>	<u>Laboratório de Mineralogia</u>	<u>APMA</u>	<u>350</u>	<u>Item 1</u>
<u>15</u>	<u>Laboratório de Ossos</u>	<u>APGEF</u>	<u>300</u>	<u>Item 4</u>
<u>16</u>	<u>Laboratório de Amostras Questionadas</u>	<u>APGEF</u>	<u>350</u>	<u>Item 1</u>
<u>17</u>	<u>Preparo de Soluções</u>	<u>APGEF</u>	<u>350</u>	<u>Item 1</u>

2.7. Para atender às necessidades estabelecidas para cada área/ setor, as capelas foram separadas em itens com caracterizações diversas, conforme tabela 1. Essas especificidades do equipamento, bem como sua necessidade de instalação, foram solicitadas através dos Despachos SEPEMA/DPER/INC/DITEC/PF 0433823, DPER/INC/DITEC/PF 0458278, SEPDOC/DPER/INC/DITEC/PF 0465474, SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF 0467159, DPER/INC/DITEC/PF 0470555, DPER/INC/DITEC/PF 0503088, DPER/INC/DITEC/PF 0524107, constantes do processo 08201.300028/2016-65.

2.8. Especificações técnicas dos equipamentos

2.8.1. Item 1: Capela de exaustão confeccionada em compensado de madeira revestido com laminado melamínico texturizado da fórmica ou equivalente técnico na cor Almond (ref 112).

2.8.1.1. Medidas de 2,50 m de altura x 1,50 m de largura x 0,90 m de profundidade.

2.8.1.2. Medidas de acordo com projeto anexo ao Termo de Referência.

2.8.1.3. Gabinete Superior com revestimento interno em material antiácido com janela tipo guilhotina e de correr com trava de segurança e abertura mínima de 0,50 m de altura. Tampo de trabalho construído em madeira de lei compensada laminada do tipo naval com aplicação de chapa cimentícia para retardamento de calor, sobrepostas por cerâmica antiácida com rejuntamento em massa epoxi especial.

2.8.1.4. Luminária à prova de gases e vapores composta de calha para duas lâmpadas de Led tipo T5 28W, reator e vidro temperado incolor de 6,0 mm de espessura.

· Damper em PVC para controle de fluxo de ar.

2.8.1.5. Gabinete inferior com três portas.

2.8.1.6. Conjunto de duas tomadas elétricas de 20a (uma de 220V e outra de 110V) instaladas no exterior da capela.

2.8.1.7. Válvula em latão pintado com epóxi para água fria.

2.8.1.8. Bojo circular em material antiácido, 20 cm de diâmetro, com válvula de drenagem sifonada em pp.

2.8.1.9. Flange em pvc rígido c/ diâmetro de 250mm a 350mm sem pintura (para interligar ao duto existente com saída de 250mm a 350mm).

2.8.1.10. Aferição – Avaliação do sistema de exaustão quanto à vazão, ruído, estado geral do sistema e da iluminação. Emissão de relatório, com resultados obtidos e parecer técnico.

2.8.1.11. Todos os sistemas devem possuir acionamentos operáveis pelo lado externo da capela, incluindo os sistemas de iluminação, elétricos e hidráulicos.

2.8.1.12. Quantidade: 11 unidades.

2.8.1.13. Valor máximo aceitável por unidade: R\$27.268,89.

2.8.1.14. Valor total do item: R\$ 299.957,76.

2.8.2. Item 2: Capela de exaustão confeccionada em compensado de madeira revestido com laminado melamínico texturizado da fórmica ou equivalente técnico na cor Almond (ref 112).

2.8.2.1. Medidas de 2,50 m de altura x 1,50 m de largura x 0,90 m de profundidade.

2.8.2.2. Medidas de acordo com projeto anexo ao Termo de Referência.

- 2.8.2.3. Gabinete Superior com revestimento interno em material antiácido com janela tipo guilhotina e de correr com trava de segurança e abertura mínima de 0,50 m de altura.
- 2.8.2.4. Tampo de trabalho construído em madeira de lei compensada laminada do tipo naval com aplicação de chapa cimentícia para retardamento de calor, sobrepostas por cerâmica antiácida com rejuntamento em massa epoxi especial.
- 2.8.2.5. Luminária à prova de gases e vapores composta de calha para duas lâmpadas de Led tipo T5 28W, reator e vidro temperado incolor de 6,0 mm de espessura.
- 2.8.2.6. Damper em PVC para controle de fluxo de ar.
- 2.8.2.7. Gabinete inferior com três portas.
- 2.8.2.8. Conjunto de duas tomadas elétricas de 20a (uma de 220V e outra de 110V) instaladas no exterior da capela.
- 2.8.2.9. Válvula em latão pintado com epóxi para água fria.
- 2.8.2.10. Bojo circular em material antiácido, 20 cm de diâmetro, com válvula de drenagem sifonada em pp.
- 2.8.2.11. Flange em pvc rígido c/ diâmetro de 250mm a 350mm sem pintura (para interligar ao duto existente com saída de 250mm a 350mm).
- 2.8.2.12. Aferição – Avaliação do sistema de exaustão quanto à vazão, ruído, estado geral do sistema e da iluminação. Emissão de relatório, com resultados obtidos e parecer técnico.
- 2.8.2.13. Todos os sistemas devem possuir acionamentos operáveis pelo lado externo da capela, incluindo os sistemas de iluminação, elétricos e hidráulicos.
- 2.8.2.14. Comando liga/desliga a exaustão, a iluminação e tomadas, com sistema eletrônico de monitorização da velocidade facial do ar da capela com display e comunicação por porta serial 232, dotado de alarmes visual e sonoro, que são disparados quando ocorrer um mau funcionamento do sistema de exaustão.
- 2.8.2.15. Quantidade: 03 unidades.
- 2.8.2.16. Valor máximo aceitável por unidade: R\$ 39.983,37.
- 2.8.2.17. Valor total do item: R\$ 119.950,11.

2.8.3. Item 3: Capela de exaustão confeccionada em compensado de madeira revestido com laminado melamínico texturizado da fórmica ou equivalente técnico na cor Almond (ref 112).

- 2.8.3.1. Medidas de 2,50 m de altura x 1,50 m de largura x 0,90 m de profundidade.
- 2.8.3.2. Medidas de acordo com projeto anexo ao Termo de Referência.
- 2.8.3.3. Gabinete Superior com revestimento interno em material antiácido com janela tipo guilhotina e de correr com trava de segurança e abertura mínima de 0,50 m de altura.
- 2.8.3.4. Tampo de trabalho construído em madeira de lei compensada laminada do tipo naval com aplicação de chapa cimentícia para retardamento de calor, sobrepostas por cerâmica antiácida com rejuntamento em massa epoxi especial.
- 2.8.3.5. Luminária à prova de gases e vapores composta de calha para duas lâmpadas de Led tipo T5 28W, reator e vidro temperado incolor de 6,0 mm de espessura.
- 2.8.3.6. Damper em PVC para controle de fluxo de ar.
- 2.8.3.7. Gabinete inferior com três portas.
- 2.8.3.8. Conjunto de duas tomadas elétricas de 20a (uma de 220V e outra de 110V) instaladas no exterior da capela.
- 2.8.3.9. Válvula em latão pintado com epóxi para água fria.
- 2.8.3.10. Bojo circular em material antiácido, 20 cm de diâmetro, com válvula de drenagem sifonada em pp.
- 2.8.3.11. Flange em pvc rígido c/ diâmetro de 250mm a 350mm sem pintura (para interligar ao duto existente com saída de 250mm a 350mm).
- 2.8.3.12. Aferição – Avaliação do sistema de exaustão quanto à vazão, ruído, estado geral do sistema e da iluminação. Emissão de relatório, com resultados obtidos e parecer técnico.
- 2.8.3.13. Todos os sistemas devem possuir acionamentos operáveis pelo lado externo da capela, incluindo os sistemas de iluminação, elétricos e hidráulicos.
- 2.8.3.14. Sistema de saída de ar comprimido e sistema de saída de gás nitrogênio.
- 2.8.3.15. Quantidade: 2 unidades.
- 2.8.3.16. Valor máximo aceitável por unidade: R\$ 25.693,23.
- 2.8.3.17. Valor total do item: R\$ 51.386,47.

2.8.4. Item 4: Capela de exaustão confeccionada em compensado de madeira revestido com laminado melamínico texturizado da fôrmica ou equivalente técnico na cor Almond (ref 112).

- 2.8.4.1. Medidas de 2,50 m de altura x 1,50 m de largura x 0,90 m de profundidade.
- 2.8.4.2. Medidas de acordo com projeto anexo ao Termo de Referência.
- 2.8.4.3. Gabinete Superior com revestimento interno em material antiácido com janela tipo guilhotina e de correr com trava de segurança e abertura mínima de 0,50 m de altura.
- 2.8.4.4. Tampo de trabalho construído em madeira de lei compensada laminada do tipo naval com aplicação de chapa cimentícia para retardamento de calor, sobrepostas por cerâmica antiácida com rejuntamento em massa epoxi especial.
- 2.8.4.5. Luminária à prova de gases e vapores composta de calha para duas lâmpadas de Led tipo T5 28W, reator e vidro temperado incolor de 6,0 mm de espessura.
- 2.8.4.6. Damper em PVC para controle de fluxo de ar.
- 2.8.4.7. Gabinete inferior com três portas.
- 2.8.4.8. Conjunto de duas tomadas elétricas de 20a (uma de 220V e outra de 110V) instaladas no exterior da capela.
- 2.8.4.9. Válvula em latão pintado com epóxi para água fria.
- 2.8.4.10. Bojo circular em material antiácido, 20 cm de diâmetro, com válvula de drenagem sifonada em pp.
- 2.8.4.11. Flange em pvc rígido c/ diâmetro de 250mm a 350mm sem pintura (para interligar ao duto existente com saída de 250mm a 350mm).
- 2.8.4.12. Aferição – Avaliação do sistema de exaustão quanto à vazão, ruído, estado geral do sistema e da iluminação. Emissão de relatório, com resultados obtidos e parecer técnico.
- 2.8.4.13. Todos os sistemas devem possuir acionamentos operáveis pelo lado externo da capela, incluindo os sistemas de iluminação, elétricos e hidráulicos.
- 2.8.4.14. Sistema de luz ultravioleta.
- 2.8.4.15. Quantidade: 01 unidade.
- 2.8.4.16. Valor máximo aceitável por unidade: R\$ 31.488,12.
- 2.8.4.17. Valor total do item: R\$ 31.488,12.
- 2.8.4.18. Valor total da aquisição: R\$ 502.782,47.

2.9. Da sustentabilidade ambiental

2.9.1. Em conformidade com o disposto no art. 3º da lei 8.666/93 e no art. 5º da IN nº 01/2010- SLTI/MPOG de 19/01/2010 o licitante deverá fornecer, no que for pertinente, documento comprobatório de sustentabilidade ambiental dos processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas que deram origem aos bens.

2.9.2. A contratada deverá apresentar o Certificado de Cadeia de Custódia do FSC (Forest Stewardship Council ou Conselho de Manejo Florestal) ou equivalente comprovando que o fabricante somente se utiliza de matéria-prima de origem florestal certificada (qualidade técnica). O FSC é um sistema de certificação florestal criado para promover o manejo florestal sustentável, que incorpora de forma igualitária os interesses de grupos sociais, ambientais e econômicos. Através de seu sistema de certificação, o selo FSC reconhece a produção responsável de produtos florestais, permitindo que os consumidores e as empresas tomem decisões conscientes de compra, beneficiando as pessoas e o ambiente, bem como agregando valor aos negócios (fonte: <https://br.fsc.org/pt-br>).

2.9.3. A exigência da certificação resta motivada pelo desejo da administração pública em adequar suas contratações a novos parâmetros de sustentabilidade ambiental, conforme preconizam os arts. 2º e 3º, parágrafo único, do Decreto 7.746/2012 e a Instrução Normativa nº01, de 19 de janeiro de 2010.

2.10. Garantia

2.10.1. O fornecedor dará garantia ao(s) equipamento(s) ofertado(s), com assistência técnica in loco, ou seja, no local de uso do equipamento, pelo prazo de mínimo de 24 meses.

2.10.2. A garantia inclui a recuperação ou substituição de qualquer componente ou equipamento que apresente divergências nas suas características, ou qualquer erro de projeto e defeitos de fabricação, sem qualquer ônus para a Administração.

2.10.3. Caso, durante o período de garantia, seja constatado qualquer defeito ou divergência nas características do(s) equipamento(s), a Administração comunicará o fato, por escrito, ao fornecedor, acordando o prazo para correção dos defeitos.

2.10.4. A manutenção corretiva tem prazo de até dez dias para comparecer ao local onde se encontra o equipamento, a partir da confirmação do recebimento de sua convocação, para prestar os serviços de manutenção durante o período de garantia.

2.11. Vistoria técnica

2.11.1. Será possibilitada aos licitantes uma vistoria nos locais onde serão desenvolvidos os serviços para conhecimento das condições ambientais e técnicas. Ainda que a vistoria não seja obrigatória, os licitantes não poderão usar do argumento de não a terem feito para justificar quaisquer falhas ou omissões em suas propostas, nem para se eximirem de responsabilidades durante a vigência do contrato. Recomenda-se que a vistoria técnica seja efetuada por um técnico especializado no assunto.

2.11.2. A vistoria deverá ser agendada exclusivamente por meio do endereço eletrônico apma.inc@dpf.gov.br e deverá ser realizada até 5 (cinco) dias antes da abertura da licitação, para que haja prazo para o saneamento de possíveis questionamentos.

2.11.3. Os horários disponíveis para a realização da vistoria serão informados aos licitantes pela área técnica desta DITEC/PF.

2.11.4. No momento da realização da vistoria, o profissional deverá apresentar documento oficial de identidade acompanhado de comprovante de qualificação profissional, juntamente com uma carta de apresentação da empresa, devidamente assinada pelo representante legal.

2.11.5. Após a Vistoria Técnica, será emitida a Declaração de Vistoria, assinada pelo responsável da empresa e visada pela Contratante, a qual deverá compor, obrigatoriamente, os documentos de habilitação da empresa por ocasião da licitação, conforme modelo constante no Edital.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Trata-se de bens de consumo usual nos órgãos públicos, de especificação conhecida no mercado público e descritas de forma objetiva. Tais especificações coadunam-se com a estrutura procedimental do Pregão, na medida em que é menos formalista e mais célere, não importará prejuízo à análise do objeto licitado.

3.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto 5.450, de 2005.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 dias, contados da ordem de fornecimento, em remessa parcelada, no seguinte endereço, Setor Policial Sul em Brasília/DF, localizada na SAIS quadra 07 lote 23, Edifício INC, terça e quinta-feira no horário de 9h00 às 11h00 e das 14h00 às 17h00.

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 6 meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 60 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, que será submetida à apreciação pela Administração;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com

o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. cometer fraude fiscal;

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

11.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.

11.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.5, 11.2.6 e 11.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. A dotação orçamentária da contratação será por conta da Fonte 0100000000, natureza de despesa 449052, plano interno PF 99900AG19.

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2019.

JULIO COELHO FERREIRA DE SOUZA
Integrante Requisitante Titular

DESPACHO

1. Concorro com as justificativas e declarações exaradas neste Termo, tendo-o como motivado e em conformidade com Art. 9º, § 1º do Decreto nº 5.450/2005.

2. Aprovo este Termo de Referência.

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR

Diretor Técnico-Científico

Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **JULIO COELHO FERREIRA DE SOUZA, Chefe de Serviço - Substituto(a)**, em 14/02/2019, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9933329** e o código CRC **F4198872**.